

## Receita supera previsão e alivia meta fiscal

Por Ribamar Oliveira | De Brasília

Mesmo com a greve dos caminhoneiros, a receita da União em maio ficou cerca de 20% acima da previsão que consta do último decreto de programação orçamentária e financeira (9.390/2018), de acordo com fontes da área econômica.

O resultado causou euforia nos principais gabinetes do governo, porque reforça a expectativa oficial de que não haverá dificuldade para o cumprimento da meta fiscal deste ano.

A receita de tributos diretamente arrecadados pela Receita Federal (exceto a contribuição ao INSS) ficou R\$ 5 bilhões acima do previsto no decreto e aumentou 15%, em termos reais, na comparação com maio de 2017. Esses cálculos se referem à receita líquida de restituições e incentivos fiscais, que é usada na programação orçamentária. A Receita Federal divulga mensalmente o resultado bruto da arrecadação. Os dados da Receita referentes a maio serão divulgados, provavelmente, na próxima semana.

Houve aumento real da receita de

todos os tributos, mas as fontes explicaram que é difícil avaliar o crescimento individual de cada um deles porque ocorreu uma reclassificação em maio. Quando a arrecadação dos Refis ingressa nos cofres públicos, ela é computada no item "outras receitas". Os Refis são programas de pagamento de débitos tributários em condições vantajosas.

Posteriormente, ela é reclassificada em cada um dos tributos. O governo precisa fazer isso porque divide a arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) com Estados e municípios.

A arrecadação da Previdência Social em maio, por sua vez, ficou em linha com o programado, de acordo com as mesmas fontes.

A receita não administrada (concessões, dividendos, royalties, venda de ativos etc.) atingiu cerca de R\$ 18 bilhões, quase o dobro na comparação com maio de 2017, quando ficou em R\$ 9,3 bilhões. Somente com dividendos das empresas estatais federais, a receita da União no mês passado foi de R\$ 4,8 bilhões, com participação expressiva da Caixa e do Banco do Brasil.

Para se ter uma ideia da magnitude dos dividendos pagos

pelas estatais em maio, o governo espera que essa receita fique em R\$ 7,9 bilhões neste ano, de acordo com o relatório de avaliação de receitas e despesas do segundo bimestre. É muito provável que a área econômica aumente a estimativa no próximo relatório. De janeiro a abril, o governo havia arrecadado R\$ 705,9 milhões em dividendos.

As mesmas fontes explicaram que a greve dos caminhoneiros vai afetar de alguma maneira a arrecadação de junho, pois, na maior parte dos tributos, o fato gerador é o mês anterior. Ainda não há estimativa oficial do efeito da greve sobre a receita, mas as fontes garantem que a excepcional arrecadação de maio vai anular as eventuais perdas que podem ser registradas em junho.

Além disso, os técnicos observam que, em junho, ingressará nos cofres públicos a receita de R\$ 3,15 bilhões obtida com os bônus de assinatura da 4ª rodada de partilha da produção no pré-sal, realizada neste mês.

A boa performance da receita permitirá também, explicaram as fontes, cobrir parte da despesa da União com as concessões que o governo foi obrigado a fazer para colocar fim à greve dos caminhoneiros.

## Índice de atividade do BC apontará expansão após três meses em queda, afirmam analistas

Por Thais Carrança e Estevão Taiar | De São Paulo

Após surpresas positivas no desempenho da indústria, comércio e serviços, economistas esperam a volta do Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) ao azul em abril, revertendo quedas registradas nos três primeiros meses do ano. A média das estimativas de 21 consultorias e instituições financeiras ouvidas pelo Valor Data aponta para alta de 0,6% para o indicador em abril, em relação a março e feito o ajuste sazonal, após recuo de 0,74% no mês anterior (dado que deverá ser revisado). O intervalo das projeções vai de crescimento de 0,2% a 1,3%.

Se confirmada a média das projeções, este será o melhor desempenho para o índice de atividade desde dezembro, quando o IBC-Br subiu 1,09%. O indicador deve confirmar que o segundo trimestre havia começado mostrando alguma força, após um janeiro a março decepcionante, mas já será um retrato do passado, devido à greve dos caminhoneiros em maio. O Banco Central divulga o IBC-Br hoje, às 8h30.

Em abril, a produção industrial

registrou crescimento de 0,8% na comparação mensal ajustada, enquanto o volume de vendas do varejo subiu 1% no conceito restrito e 1,3% no ampliado - que inclui veículos, autopeças e material de construção. Todos os resultados vieram acima do esperado pelos economistas. Já o setor de serviços avançou 1%, no primeiro resultado positivo desde dezembro de 2017.

Os indicadores de abril mostraram bom ritmo de crescimento não só nas variações, mas também na abertura por segmentos, com metade do ramos da indústria e a maioria das sub-áreas do comércio e serviços apresentando avanços no mês, destaca Mauricio Nakahodo, economista do Banco MUFG Brasil. "Houve uma disseminação da expansão no mês de abril, podendo contrabalançar ao menos em parte a queda esperada para maio por conta do impacto da greve", afirma.

A instituição financeira projeta uma alta de 0,9% para o IBC-Br em abril, na comparação mensal dessazonalizada, e de 4,3% na base anual. Antes da paralisação dos condutores, o Banco MUFG esperava uma alta de 0,7% para o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre, mas agora o número deverá ser revisado para

baixo, tendo em vista a queda aguda dos indicadores antecedentes já divulgados para maio.

A economia só deve voltar a funcionar sem os impactos da paralisação dos caminhoneiros por volta de agosto, na avaliação do Itaú Unibanco. Como a divulgação dos dados tem defasagem, a tendência é que os primeiros números totalmente livres dessa influência apareçam apenas em setembro ou outubro, de acordo com Mario Mesquita, economista-chefe da instituição. O Itaú projeta alta de 0,6% para o IBC-Br em abril, na base mensal ajustada, e de 3,9% sobre abril de 2017.

Para Nakahodo, do MUFG, alguns dos segmentos afetados pela greve já podem ter recuperação em junho, caso das exportações e da produção de bens duráveis, enquanto setores como a produção de carne suína e de aves deve demorar mais para retornar. Na visão do economista, os fundamentos continuam dando suporte para um crescimento gradual da atividade, passado o "susto" de maio, com inflação baixa, geração de empregos e juros baixos pesando a favor, enquanto taxa de desemprego, endividamento e situação financeira das empresas jogam contra.





## O que os economistas esperam

Previsões para o Índice de Atividade do Banco Central (IBC-Br) - em %

Instituição	Abril/Março*	Abril18/Abril17
4E Consultoria	0,5	3,7
Banco ABC Brasil	0,8	3,6
Bank of America Merrill Lynch	0,2	3,0
Bradesco	0,7	4,1
GO Associados	1,3	4,5
Haitong	0,4	3,5
Ibre-FGV	0,5	3,7
Infinity Asset	0,9	3,97
Itaú Unibanco	0,6	3,9
LCA Consultores	0,6	3,9
MAPFRE Investimentos	0,2	3,1
MCM Consultores	0,3	3,4
Mogno Capital	0,5	3,7
MUFG	0,9	4,3
Parallaxis	0,4	3,5
Pezco	1,1	5,5
Safra	0,3	3,4
Sicredi	0,6	3,7
SulAmérica	0,3	3,4
Tendências Consultoria	0,8	4,2
UBS	0,4	3,4
<b>Média</b>	<b>0,6</b>	<b>3,8</b>

Fontes: Instituições financeiras e consultorias. \* Dado com ajuste sazonal

## **Ajuste para cumprir teto será menor em 2019**

Por Estevão Taiar | De São Paulo

A combinação de reoneração da folha de pagamentos, inflação ligeiramente mais alta e corte de despesas deve facilitar o cumprimento do teto de gastos pelo próximo presidente em seu primeiro ano de mandato. A análise é de Pedro Schneider, economista do Itaú. "Quem for eleito terá um tempo um pouco maior para elaborar a sua estratégia fiscal, sem precisar pensar em uma estratégia para cumprir o teto logo no primeiro dia de mandato," diz.

Nos cálculos de Schneider, o ajuste necessário para cumprir o teto em 2019 caiu de R\$ 27 bilhões para R\$ 10 bilhões.

A reoneração da folha, por exemplo, representará no ano que vem R\$ 6 bilhões a menos em despesas, já que a perda de arrecadação da Previdência era compensada pelo Tesouro. Além disso, a regra do teto estabelece que

o reajuste seja feito pelo acumulado de 12 meses da inflação até junho do ano anterior.

Assim, uma ligeira aceleração da inflação deve elevar o teto em R\$ 5 bilhões, nas estimativas de Schneider. Já o corte adicional de despesas discricionárias realizado neste ano abre um espaço fiscal de mais R\$ 6 bilhões.

Mesmo assim, a crise dos combustíveis trouxe "um desafio menor", mas que exige "medidas compensatórias" para que o teto seja cumprido. O subsídio ao diesel pago à Petrobras, lembra, foi feito por meio de crédito extraordinário, que não entra no teto e acaba no fim do ano, na casa dos R\$ 6 bilhões.

Caso o próximo presidente opte por continuar o programa, "provavelmente" precisará incorporá-lo ao Orçamento, pressionando o teto. Se mantido nos moldes atuais, o programa custará R\$ 11 bilhões em 2019.

## **Sancionada venda direta do óleo do pré-sal**

Por Andrea Jubé e Carla Araújo  
| De Brasília

O presidente Michel Temer sancionou, sem vetos, a lei que autoriza a estatal Pré-Sal Petróleo (PPSA) a vender o óleo do pré-sal diretamente para empresas, sem a necessidade de intermediários. A estatal poderá comercializar parte do óleo devida à União na exploração de campos do pré-sal tendo como base o regime de partilha, em vigor desde 2010. Antes a venda só era possível por meio de agentes.

Durante a votação no Congresso, a oposição conseguiu excluir artigo que dizia que a PPSA só venderia a produção por preço inferior ao estabelecido pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) se não aparecessem interessados na compra. Do contrário, o preço deveria ser o de mercado. Para a oposição, isso impedia a venda de combustível mais barato.

## **Agrava-se a anemia da atividade econômica**

*Por Claudia Safatle*

A expectativa de crescimento da economia se esvai. O ano começou com projeções de expansão de 3% do PIB. Hoje as estimativas convergem para o patamar de 1%. Depois de bons indicadores de atividade em abril já se esperava uma piora em maio. Como a coleta de dados se concentra nas três primeiras semanas, ainda não refletirá a greve dos caminhoneiros.

A pergunta, agora, é o quanto a greve, que por dez dias paralisou o país, vai derrubar o crescimento em junho, comprometendo o desempenho do segundo trimestre. E, mais ainda, o quanto a crise que começou com os caminhoneiros e antecipou o mau humor aguardado para as vésperas das eleições - com forte deterioração dos preços dos ativos nas últimas semanas - pode azedar o ambiente econômico dos próximos trimestres.

É prematuro falar em um duplo mergulho ("double dip") do país na recessão. Mas a prudência recomenda não descartar de pronto o risco dessa tragédia.

A economista Sílvia Matos, coordenadora do boletim Macro do Ibre-FGV, alerta para os prováveis efeitos secundários da paralisação dos transportes no país, com impactos microeconômicos. Uma questão a ser respondida, por exemplo, é se a indústria reduziu os

seus pedidos em junho. É importante saber, também, o quanto dos efeitos da greve na atividade serão permanentes.

A última estimativa que ela fez para o PIB deste ano é 1,9%, mas quando for rever os dados, poderá chegar a algo como 1,3%. O pior cenário que a economista considera nos seus prognósticos é o de uma estagnação do produto. Para que ocorra o duplo mergulho, a piora tem que ser muito grande, diz Sílvia Matos. Não é impossível, mas hoje parece improvável.

Desde a saída da recessão o país cresce apenas 0,5% por trimestre, compatível com a variação de 1,9% do PIB anual. Nesse ritmo, a economia levará mais três anos para voltar ao patamar pré-crise.

Ao se embaralhar com as eleições, a greve acabou com os resquícios de autoridade do governo Temer, que perdeu o presidente da Petrobras e vê a empresa novamente se desmilinguir e, de quebra, ainda se meteu na armadilha do tabelamento dos fretes.

Antes desses eventos, o país já se defrontava com a mudança do cenário externo, dado pela política monetária do Federal Reserve Bank (Fed), que prenunciava o fim do interregno benigno que estimulou as economias emergentes.

O Brasil - "país que não perde a oportunidade de perder oportunidades", como costumava dizer Roberto Campos - deixou passar o período de juros muito baixos nos Estados Unidos e não fez os deveres de casa, a começar da reforma da Previdência.

Os sinais emitidos pelo Fed desde o início do ano respondem majoritariamente pelas desvalorizações do real frente ao dólar até o fim de maio. De lá para cá, o peso da depreciação cambial decorre de fatores internos.

*Dos candidatos, se espera programa, e não bravatas*

Na política, olhando as pesquisas eleitorais anteriores e posteriores à greve dos caminhoneiros, o quadro não é muito diferente. Mas, no mercado, só agora "a ficha caiu", segundo disse Arminio Fraga, mostrando a dificuldade de o centro se articular em torno de uma candidatura para neutralizar os extremos.

O fato é que o mau humor se instalou nos mercados de juros, ações e câmbio. A taxa de juros, desde então, só sobe: o DI - janeiro de 2020, que pagava 6,99% ao ano no início de maio, ontem avançou para 9,44% ao ano. A bolsa, que em





meados de maio havia atingido pouco mais de 86 mil pontos, ontem patinava em 71 mil pontos.

O dólar, que iniciou o mês de março cotado a R\$ 3,25, ontem custava R\$ 3,81, a despeito das intervenções do Banco Central.

Diante da piora dos mercados e do cenário eleitoral inalterado, as expectativas vão se deteriorando. A última pesquisa Focus, do BC, elevou para 3,82% a inflação do ano, um aumento importante se comparado com os 3,49% do início de maio. A performance para o PIB também perdeu força, caindo de 2,70% no início do mês passado para 1,94% na pesquisa mais recente.

A cena atual nos remete a 2002, quando os candidatos assistiram à disparada do dólar, o aumento dos juros e a aceleração da inflação, que atingiu 12,53%. Tal deterioração ocorreu mesmo após a divulgação da Carta aos Brasileiros pelo candidato do PT, Lula, em junho de 2002 e com a costura, pela equipe de FHC, de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) de US\$ 30 bilhões. O país não tinha reservas e o acordo daria algum

conforto a quem fosse eleito presidente da República.

Agora o país tem reservas da ordem de US\$ 380 bilhões, mas ao contrário de 2002, está com as contas públicas em frangalhos. Em bom português, o Estado está quebrado. Para honrar a dívida, o governo precisa de reformas e a da Previdência lidera a lista de prioridades.

Os pré-candidatos a presidente não disseram a que vieram. Apostar no caos é um tiro no pé, pois quanto pior a situação mais difícil será o exercício do governo de quem vencer as eleições. Cedo ou tarde os candidatos terão que expor os seus programas de governo.

Se não há interlocutores para patrocinar uma transição civilizada, é bom que se apremem a melhorar o discurso com maturidade e sem bravatas.

Claudia Safatle é diretora adjunta de Redação e escreve às sextas-feiras

E - m a i l :  
claudia.safatle@valor.com.br

## Prêmio de loterias pode diminuir para cobrir cortes em ministérios

Por Fabio Graner | De Brasília

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, antecipou ontem ao Valor que o governo discute rever os percentuais destinados aos prêmios de loterias (chamados de payout) para recompor parte dos orçamentos dos ministérios do Esporte e da Cultura. Eles perderam recursos com a edição da Medida Provisória nº 841, que ampliou o orçamento da Segurança Pública neste e nos próximos anos.

A proposta enviada ao Congresso elevou de 55,9% para 60% essa parcela do prêmio na Loteria Federal, de 43,3% para 50% nas loterias de prognóstico numérico (como Mega Sena e Quina), de 46% para 50% na Timemania e de 37,6% para 55% na Loteria Esportiva. No caso da Mega Sena, por exemplo, Jungmann indicou que o payout pode ir para 48%.

Essas mudanças, contudo, pelo texto da MP só terão eficácia no ano que vem. Assim, a revisão desses valores também só terá impacto em 2019, sem resolver o problema deste ano, que é menor porque o remanejamento afeta apenas os próximos seis meses e parte dos recursos dos ministérios já estava bloqueada.

"Estamos estudando subir um pouco menos os valores destinados ao prêmio e fazer a redistribuição de recursos. Isso está sendo negociado junto ao Palácio do Planalto e é uma ideia para atenuar o desconforto dos ministérios", disse o ministro. "Queremos atenuar ao máximo a perda do orçamento deles", acrescentou.

Jungmann considerou natural a reclamação e ressaltou que a perda de recursos é uma consequência natural do teto de gastos. O ministro evitou, contudo, contestar a funcionalidade do dispositivo instituído pelo próprio governo Temer e engrossou o coro sobre a necessidade de uma reforma da Previdência.

"Se não for feita a reforma previdenciária teremos dificuldades crescentes, com engessamento do orçamento e redução de dinheiro para ministérios que são dependentes de recursos discricionários", afirmou. "Sem isso, fica claro que a gente perde governança, graus de liberdade, uma rigidez que progressivamente se torna inadmissível", disse.

O ministro destacou que a MP 841 atende a prioridade necessária a ser dada para segurança pública e permite ao ministério ter condições melhores para implementar o processo de "dar um rumo nacional"

à política de segurança pública, que historicamente sofre com "omissão deliberada" do governo central.

Aos recursos adicionais que a MP de loterias leva ao ministério, Jungmann destaca também a importância dos recursos do BNDES que estarão disponíveis para financiar ações na área de segurança, dentro da estratégia traçada pelo governo federal. Apesar do pouco tempo até o fim do ano para que ações efetivamente se concretizem, Jungmann enfatizou a importância de deixar o legado de uma estrutura nacional que, para ele, vai "revolucionar" a segurança no Brasil.

As prioridades estratégicas do ministério, que em breve deve deixar de ser extraordinário para se tornar permanente, são: redução de homicídios, formação de policiais, e estruturação de uma base de dados nacionais para subsidiar as ações na área de segurança.

O ministro, aliás, destacou a falta de estatísticas nacionais confiáveis e comparáveis para subsidiar as ações de políticas públicas. Jungmann disse ainda que está liderando um grupo interministerial envolvendo principalmente pastas da área social no sentido de dar foco a ações governamentais em áreas e grupos de pessoas mais vulneráveis. Ele lembra que o anuário de segurança





pública de 2015 mostrou que metade dos homicídios estão em cerca de 1% dos municípios e que os focos de violência estão mais concentrados em populações jovens (15 a 24 anos), de baixa renda e com etnia negra e parda, que estão em situações mais desfavoráveis socialmente.

No esforço de "atenuar o desconforto" criado entre os ministérios do Esporte e da Cultura com o da Segurança Pública, Jungmann informou que cumprirá agenda hoje no Rio, ao lado do ministro da Cultura, Sérgio Sá Leitão. (Colaboraram Andréa Jubé e Carla Araújo, de Brasília)

## Fux suspende ações contra tabela do frete

Por Luísa Martins e Maíra Magro  
| De Brasília



Ministro Luiz Fux: suspensão das ações contra tabela e reunião de "conciliação".

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu todas as ações que tramitam em instâncias inferiores contra a Medida Provisória 832, que estabeleceu preços mínimos para o frete rodoviário de cargas.

A justificativa do ministro do STF é a de que, como há mais de 40 processos sobre o tema na Justiça Federal, distribuídos em diversos locais, é preciso unificar a solução jurídica, evitando que cada juiz decida de uma maneira. Portanto, a decisão de mérito do Supremo, quando ocorrer, deverá nortear todas as demais. Fux atendeu a apedido da AGU. De acordo com o órgão, foram suspensas 57 ações em tramitação em todo o país.

A ministra-chefe da AGU, Grace Mendonça, afirmou que era preciso

"estabilizar" os efeitos jurídicos da medida provisória, editada para atender à reivindicação dos caminhoneiros e pôr fim à paralisação nas rodovias.

Foi agendada, ainda, uma audiência de conciliação entre o governo, os empresários, os caminhoneiros e a Procuradoria-Geral da República (PGR), que será realizada quarta-feira, dia 20, às 11h, no gabinete de Fux no Supremo. Os argumentos de todos serão levados em consideração antes que ele decida sobre a suspensão ou manutenção da MP.

No meio da tarde, antes da decisão do ministro do Supremo, a Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam) protocolou o pedido de audiência no gabinete do ministro Fux para discutir o conteúdo dos processos contra a MP do frete. Fux já havia enviado ao Planalto e ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) um pedido de esclarecimento sobre o tabelamento. A AGU foi notificada do pedido ontem.

No STF, três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) já foram protocoladas questionando a tabela de preços: uma da Associação do Transporte Rodoviário de Cargas do Brasil (ATR Brasil), outra da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a terceira, da Confederação Nacional

da Indústria (CNI).

As entidades alegam que a MP "decreta o fim da livre iniciativa".

A decisão de Fux ocorre no momento em que governo e caminhoneiros vinham enfrentando dificuldade para cumprir o acordo que estabeleceu o preço mínimo para o frete rodoviário. O Valor apurou que transportadoras estão deixando de cumprir deliberadamente os preços mínimos já estipulados.

Algumas transportadoras grandes, que têm melhores condições financeiras, capacidade de movimentação e relação de longa data com os clientes, não estão aplicando o frete mínimo estabelecido em tabela da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), disse uma fonte da indústria, em condição de anonimato.

Se não fosse esse acordo para manter o custo de transporte, o executivo, que é ligado ao setor metalúrgico, acredita que boa parte das entregas estaria travada. Ele conta que a expectativa inicial era que a greve dos caminhoneiros tivesse apenas atrasado os despachos, de maio para junho, mas que não é bem isso que está ocorrendo.

"Ainda há gargalos para entregar esses lotes que ficaram na fábrica", explica. "Pelo menos conseguimos acertar com algumas grandes





transportadoras que não se aplicasse a tabela, ou a situação estaria pior."

A NLMK, siderúrgica russa que no Brasil distribui aços de alta resistência produzidos por suas usinas na Bélgica, passou a incluir no preço dos produtos que entrega aos clientes um adicional de 4% para refletir o custo maior de frete mínimo com a tabela montada pela ANTT.

Segundo a empresa, que na América do Sul atua também no Peru, Chile e Colômbia, esse aumento passou a vigorar ontem e vale apenas para o aço despachado diretamente para os consumidores. No caso da retirada por conta do cliente, os produtos seguem com o mesmo preço de antes da greve dos caminhoneiros.

Na semana passada, a Gerdau também decidiu encarecer o aço longo entregue aos clientes, mas em 3%. Até mesmo pedidos já feitos, mas não despachados, tiveram o reajuste de frete. Segundo os associados da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), a ArcelorMittal fez o mesmo.

O presidente da Abcam, José da Fonseca Lopes, disse que a proposta de tabela de preço mínimo do frete rodoviário que a entidade entregou ontem pela manhã à ANTT indica o valor mínimo do frete para distâncias de 50 quilômetros - não mais 100 quilômetros - até 3.000 quilômetros, que variam pela

qualidade de eixos e tipo de carga (granel, perigosa, frigorífica, entre outras).

"Essa é uma tabela que estamos sugerindo à ANTT e ao governo para que acabe com o mal-entendido que tivemos até agora", disse Lopes. "Se o mercado era feito por livres negociações, agora ele continuará, mas garantindo o mínimo de condições de sobrevivência aos caminhoneiros", afirmou Lopes. Segundo ele, a proposta da entidade contempla o custo de manutenção dos veículos, sem incluir gastos com estadia, alimentação e seguro do caminhão.

"Estou fazendo minha parte, mostrando que não vai adiantar só fazer a pressão", disse o presidente da entidade sobre a disposição da categoria em negociar e em resposta aos setores produtivos que entraram na Justiça para suspender a política de preço mínimo do frete. Ele afirmou que solicitou audiência com o ministro Fux, do STF, para "mostrar a realidade" do setor.

Representantes da Abcam afirmaram que, em relação à primeira tabela, houve um aumento do valor do frete para cargas frigoríficas e perigosas, pois havia um "erro de cálculo" que deixou o frete mais barato do que para outras cargas com custos bem menores. Por outro lado, o transporte de grãos sofreu uma redução, disseram, admitindo que o segmento realmente estava com um valor elevado.

Ontem foi expedida, em São Paulo, a primeira liminar contra a tabela, pedida pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag). A decisão desobrigaria os 88 associados da entidade de cumprir os preços mínimos estabelecidos, mas a decisão de Fux suspende também a liminar. A Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda) também havia entrado ontem na Justiça Federal de Brasília com pedido de liminar contra a MP.

Na ação levada ao Supremo, a CNI argumentou que existem diversos "vícios de constitucionalidade" na MP 832 e nas portarias editadas pela ANTT. "O tabelamento de preços viola a livre concorrência, com consequências negativas para o mercado, como a redução da demanda e riscos de redução do mercado de transportadores autônomos, o aumento generalizado de preços e o consequente aumento da inflação", afirma o presidente da CNI, Robson de Andrade, em nota.

A entidade argumenta também que a medida provisória viola contratos em vigor e sustenta que a tabela agrava as desigualdades regionais, ao impedir a livre negociação do "frete de retorno". (Colaboraram Andrea Jubé, Cristiano Zaia e Rafael Bitencourt, de Brasília, e Fernando Lopes e Renato Rostás, de São Paulo)

## Setor se articula para facilitar privatização de distribuidoras

Por Rodrigo Polito, Cláudia Schüffner e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo



Reginaldo Medeiros: "Estamos tentando sensibilizar governo e parlamentares para equacionar o problema do GSF".

Associações do setor elétrico estão se articulando para incluir uma proposta de solução para o problema do risco hidrológico no Projeto de Lei nº 10.332, de 2018, que possibilitará a privatização das distribuidoras da Eletrobras. O déficit do GSF (sigla em inglês para a relação entre a energia que as hidrelétricas de fato geraram e o montante que elas haviam comercializado), é responsável por uma inadimplência de R\$ 6,2 bilhões no mercado elétrico. O governo, no entanto, é contrário a ideia e está buscando uma solução para o GSF no âmbito regulatório.

"Estamos tentando sensibilizar governo e parlamentares para equacionar o problema do GSF. E essa solução não traz nenhum impacto para o consumidor [no curto prazo]", afirmou o presidente

da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, ao Valor.

Segundo ele, o setor está se mobilizando para tentar inserir uma emenda de consenso no texto do PL 10.332 para solucionar o problema do GSF. O texto original já recebeu 26 propostas de emendas. É a terceira vez que o setor tenta uma solução para o risco hidrológico no período de um mês. O assunto estava previsto na MP 814 e depois foi feita uma tentativa de reapresentar a MP apenas com os artigos que tratavam do GSF.

Mário Menel, presidente do Fórum de Associações do Setor Elétrico (Fase), explicou que passou a semana tentando convencer o Congresso que o GSF está travando o mercado como um todo. "Afeta por exemplo o setor sucroalcooleiro, empresas de menor porte estão sem ter combustível para gerar e são credoras", disse Menel.

O texto original do PL prevê o equacionamento de pendências das distribuidoras da Eletrobras. Esse equacionamento é importante, por exemplo, para solucionar a dívida da estatal elétrica com a Petrobras pela compra de combustível para geração de energia no Norte, permitir a utilização de recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) para aquisição de volumes de gás

acima da capacidade instalada para geração térmica no Amazonas, entre outras questões que tornam as distribuidoras atrativas para o leilão, cujo edital estava previsto para ser publicado hoje.

Conforme antecipado ontem pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, existem, no entanto, dois obstáculos para a estratégia das associações. O primeiro é que é preciso um amplo número de aprovação de parlamentares para que seja incluída uma emenda no PL das distribuidoras da Eletrobras, já que se trabalha com a possibilidade de trâmite de urgência urgentíssima.

O segundo é que o governo está dando prioridade à privatização das distribuidoras e que, por isso, quer evitar riscos de contaminação no PL dessas empresas, segundo apurou o Valor. "A prioridade do governo é aprovar a desestatização das seis distribuidoras", disse uma fonte a par do assunto.

Para outra fonte, a incorporação do tema do GSF no PL é "inconveniente" para a Eletrobras porque atrapalha o projeto. Consultado, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), informou ao Valor que "em princípio, vai-se tratar apenas do assunto das seis distribuidoras" e que espera votar a urgência na terça-feira e o projeto de lei na quarta-feira. O





maior risco, na avaliação do governo, seria a falta de apoio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) à proposta de equacionamento do problema do GSF. Isso poderia afetar o trâmite do projeto na Câmara.

Durante as discussões da Medida Provisória 814, de 2017, que incluía uma proposta de solução do problema do GSF mas que acabou caducando, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, encaminhou ao Congresso um parecer sobre os impactos tarifários de cada item incluído na medida. E, segundo uma fonte, tudo o que o governo quer evitar neste momento pré-eleitoral são notícias sobre medidas que possam aumentar a tarifa.

Segundo Medeiros, é preciso que o governo se sensibilize para o caso do GSF. "O governo parece não compreender a dimensão dos problemas que a falta de solução para a paralisa do mercado elétrico brasileiro traz para o país. [O governo] teve diversas oportunidades de resolver a questão do GSF e nunca se interessou", completou.

A proposta para solucionar o problema do GSF prevê basicamente que as geradoras abram mão das liminares que hoje as protege de pagar os R\$ 6,2 bilhões na liquidação do mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Em contrapartida, essas empresas teriam

uma extensão do contrato de concessão de suas hidrelétricas.

Diante da preocupação de governo e parlamentares em não criar medidas que gerem aumento tarifário neste momento, as associações esperam não incluir nenhum outro ponto que estava na MP 814 no projeto de lei sobre a reforma do setor (apensado ao 1.917/2015). Sobre este PL, Medeiros disse que espera que ele seja aprovado até o fim deste mês.

Ainda sobre o GSF, o Valor apurou que o governo busca uma solução fora do Congresso. Uma reunião na Empresa de Pesquisa Energética (EPE), a pedido do Ministério de Minas e Energia, com participação da Aneel e da CCEE, além de especialistas do setor tratou do tema. Ali foi defendido que o GSF seja resolvidos por medidas infralegais que passem, em primeiro lugar, pela separação de eventos relacionados efetivamente ao risco hidrológico, dos causados por atrasos em linhas de transmissão, greves, e a geração fora da ordem de mérito, por exemplo.

Uma solução estrutural, segundo uma fonte, passa pela criação de um instrumento similar ao Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), criado quando a geração hídrica respondia por 90% da matriz elétrica brasileira, quando agora a participação caiu para 65% em função da presença de térmicas, usinas eólicas e solares.

## Projeto sobre uso dos royalties

*Por Adriano Pires*

A indústria petrolífera produz um impacto financeiro significativo, associado ao pagamento de impostos, contribuições sociais, taxas, e, sobretudo, participações governamentais, que incidem sobre a exploração e produção de petróleo. No Brasil, as participações governamentais, em especial os royalties e a participação especial, têm apresentado crescimento expressivo desde a sua implantação, com a Lei do Petróleo em 1998. A elevação do preço internacional da commodity e o aumento da produção doméstica, afetaram positivamente as compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás, e as receitas de royalties e de participação especial apresentaram um crescimento de 24,5% ao ano entre 1999 e 2014, saltando de R\$ 1,3 bilhão em 1999 para R\$ 35,6 bilhões em 2014.

De fato, este regime fiscal se revelou um modelo de sucesso no Brasil, rendendo desde 1999 até hoje mais de R\$ 340 bilhões em royalties e participação especial. Pelos critérios da Lei do Petróleo de 1998 e da regulação que rege o setor, a distribuição desta arrecadação se baseia na compensação financeira aos governos das regiões produtoras de petróleo. Assim, os principais beneficiários foram os Estados produtores como Rio de Janeiro e Espírito Santo e municípios como Campos dos Goytacazes e Macaé,

que confrontavam a enorme produção marítima da Bacia de Campos.

Em 2007, a descoberta das reservas de petróleo e gás sob a camada pré-sal nas bacias de Campos e Santos reabriu o debate nacional sobre a distribuição das participações governamentais geradas pela exploração destes novos campos, com vistas à descentralização da receita. Em 2010 foi aprovado o modelo de partilha que terminou com as participações especiais e criou como critério de escolha do vencedor do leilão quem daria para a União o maior excedente de petróleo. O modelo da partilha concentrou mais as receitas na mão da União. As estimativas de gigantescas reservas disponíveis para serem desenvolvidas colocaram o país diante de uma extraordinária reserva econômica e de uma importante fonte de novos recursos públicos na forma dos royalties.

A produção do pré-sal começou a contribuir para a produção brasileira a partir de 2010 e obteve um crescimento explosivo nos campos de Lula e Sapinhoá, que compensou as taxas de declínio dos campos maduros do pós-sal na Bacia de Campos no mesmo período.

No entanto, a situação dos cofres públicos passou por problemas a partir de 2014. A partir desse ano,

sobreveio um período que começou com uma queda brusca dos preços do petróleo para níveis até 60% mais baixos, afetando toda a arrecadação a partir de 2015. No período de maior arrecadação, a União e os governos dos Estados produtores não fizeram um bom uso dos recursos e houve desperdício de uma oportunidade de investimento produtivo, e até do acúmulo de poupança, sendo que alguns entes federativos entraram em crise financeira com a queda desta receita. A falta de vinculação da renda petrolífera foi entendida pelas esferas de governo como parte integrante dos seus orçamentos, usando-as com gastos para o custeio da máquina administrativa, como se fossem tributos.

*Melhor seria destinar os recursos obtidos com a compensação para formar um fundo sob gestão do BNDES*

O mal gasto desta renda, tal como foi feito, para financiar gastos correntes está em desacordo com os fundamentos para a cobrança dos royalties, que são de compensar os proprietários do recurso por esse ser esgotável e, portanto, uma arrecadação imprevisível e finita. É preciso realçar que o objetivo básico da cobrança sobre a exploração de recursos naturais é fornecer uma compensação futura pela exploração





presente de um recurso exaurível. Por se tratar de um recurso não renovável, a gestão da renda deve ser realizada de modo a direcionar tais recursos para investimentos caracterizados por capital humano e reprodutível.

Tais investimentos devem ser feitos em diversificação da base produtiva, visando garantir a sustentabilidade econômica e o comprometimento com a justiça intergeracional. Atualmente, com exceção da parcela dos repasses dos royalties direcionados ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicado à indústria do petróleo, a legislação atual não contempla o uso dessa renda para projetos que garantam benefícios de longo prazo.

Mesmo ainda sendo considerados ricos pelo critério da renda per capita, comparando-se com a média dos municípios de mesmo porte, os municípios beneficiados nem sempre têm aplicado os recursos provindos dos royalties para solucionar os impactos negativos provocados pela atividade

de E&P. Inúmeros estudos analisaram a aplicação dos royalties de petróleo em municípios beneficiados e chegaram à conclusão que muitos deles não utilizaram essa arrecadação para promover o desenvolvimento de suas regiões, obtendo muitas vezes desempenho econômico abaixo da média nacional.

O resultado é que esses municípios apresentam as mesmas deficiências das outras cidades brasileiras não beneficiadas, como fornecimento de serviços insuficiente e de baixa qualidade, problemas de infraestrutura urbana, déficit de habitação e educacional, dentre outros.

Para corrigir este grave erro do passado, cabe ao nosso governo, beneficiado com a renda petrolífera, utilizá-la daqui para frente de maneira eficiente, promovendo o desenvolvimento das regiões e a melhora dos indicadores socioeconômicos. O melhor seria destinar algo como 80% dos recursos da compensação de petróleo e gás natural para constituir um fundo federal, administrado pelo BNDES, enquanto os 20% restantes ficariam

a cargo da administração direta dos prefeitos. O fundo renderia dividendos pro-rata para as prefeituras através de uma cota de participação e financiaria os projetos apresentados por Estados e municípios que comprovadamente servissem para compensar os impactos socioeconômicos e ambientais presentes e futuros das atividades petrolíferas.

Desta forma, o destino a ser dado à exploração da riqueza do pré-sal e da produção brasileira em geral será uma nova oportunidade, uma segunda chance para refletir e revisitar diversos aspectos da distribuição de rendas públicas no Brasil. Em 2018, a recuperação do preço da commodity e a perspectiva do retorno da arrecadação de participações governamentais trazem promessas para que estes recursos sejam usados com sabedoria, o que não tem sido o caso até hoje. Este modelo serviria de estabilizador de receitas para gerações futuras e impediria que toda a riqueza vá para o ralo em gastos imediatistas e populistas.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)

## 'País se aproxima da fadiga do ajuste fiscal'

Por Sergio Lamucci | De São Paulo



Alberto Ramos: legado fiscal que fica para o próximo governo é complexo.

O Brasil se aproxima do ponto de fadiga do ajuste fiscal sem ter equilibrado as contas públicas, diz o economista Alberto Ramos, diretor de pesquisa para a América Latina do Goldman Sachs. O país discute há praticamente quatro anos a necessidade de ajustar o quadro fiscal, mas pouco fez nessa direção, afirma ele, destacando que os níveis de déficit e de endividamento público são muito elevados para um país emergente.

A situação se torna complicada num cenário em que sociedade não parece ver com bons olhos aumento de impostos ou cortes de gastos. Para Ramos, o país precisa fazer o resultado primário (que não engloba gastos com juros) sair de um déficit de 2% do PIB para superávit de 3% a 3,5% do PIB. Esse nível de esforço fiscal não apenas estabilizaria, mas reduziria a relação entre dívida bruta e PIB. O ponto é que, como o país deve seguir com déficits primários

"por pelo menos mais três anos", o endividamento continuará a crescer, devendo atingir um pico de 80% a 90% do PIB.

"O problema é que esse é um nível que deixa o país extremamente exposto ao próximo choque, que pode ser um choque de câmbio, um choque de crescimento, um choque externo", diz Ramos. Nas suas contas, o superávit que estabiliza a dívida bruta em relação ao PIB está entre 2% e 2,5% do PIB. Já colocar o indicador em trajetória de queda exige um superávit de 3% a 3,5% do PIB.

"Nós estamos falando de um ajuste fiscal de pelo menos cinco pontos percentuais do PIB." Na visão do economista, é possível que cerca de dois pontos do PIB, "para ser generoso", sejam "entregues" pelo próprio ciclo econômico - com a recuperação da atividade, a arrecadação aumenta, ajudando a melhorar o resultado primário.

"Mas ainda temos pela frente pelo menos três pontos percentuais do PIB de ajuste. Para chegar a isso, é necessário corte de despesa ou aumento de imposto. Não há outra mágica aí", diz ele. A fadiga de um ajuste fiscal que na prática não ocorreu complica essa tarefa. Ramos lembra que, desde o fim de 2014, se discute a necessidade de equilibrar as contas públicas.

Para ele, mesmo antes da eleição de outubro daquele ano, "já era óbvio para todo mundo que era necessário

fazer o ajuste." A então presidente Dilma Rousseff foi reeleita, escolheu Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, que começou a trabalhar nas medidas para equilibrar as contas antes da posse. "Depois, sai Levy, entra Nelson Barbosa, que também diz que vai fazer o ajuste, embora começando do longo prazo para o curto prazo, mas toda a narrativa é a do ajuste fiscal", observa ele, doutor pela Universidade de Chicago e economista do Fundo Monetário Internacional (FMI) entre 1997 e 2003.

"Aí veio o impeachment da presidente Dilma e chega Michel Temer, trazendo Henrique Meirelles, uma equipe econômica de grande calibre, de grande reputação, para fazer o ajuste. E que ajuste que foi feito?", pergunta ele. "Nós estamos com um déficit nominal [que inclui gastos com juros] de 7,5% do PIB, um déficit primário de 2% do PIB e uma dívida pública de 76% do PIB." Pelos números do FMI, a média do endividamento bruto dos países emergentes é um pouco superior a 51% do PIB.

Segundo Ramos, o legado fiscal que fica para o próximo governo é bastante complexo, o que exigirá medidas de aprofundamento do ajuste. "Eu reconheço que o ministro Meirelles e o ministro [Eduardo] Guardia tentaram o seu melhor para avançar mais no ajuste fiscal. É parte do equilíbrio político, da sociedade e da governabilidade que não permitiu avançar mais."





O economista português nota que o "ajuste fiscal é um problema de caráter econômico, mas tem uma dimensão política e uma dimensão social". Há restrições de caráter político, com dificuldades de se obter a cooperação dos políticos para avançar na agenda fiscal, e restrições de caráter social, numa sociedade que não parece disposta a concordar com aumento de impostos ou corte de gastos.

O episódio da greve dos caminhoneiros é uma evidência dessas dificuldades. "Segundo pesquisa do Datafolha, a maior parte da população gostaria de ver preço de combustível mais barato, mesmo se isso implicasse prejuízo para a Petrobras", diz Ramos. "Há uma certa percepção de que o Estado tem que garantir determinado tipo de coisas sem fazer a conexão imediata sobre quem paga esse benefício."

Com isso, há "um equilíbrio político-institucional que não facilita o ajuste", resume. "Você está há tanto tempo falando do ajuste e tentando o ajuste, mas, de fato, entregou pouco." Ramos nota ainda outro problema - o que foi feito até agora "não é necessariamente de boa qualidade e nem necessariamente é duradouro", sendo muito baseado "num arrocho extraordinário do investimento público".

A reforma da Previdência não foi aprovada, não foram tomadas medidas para reduzir a rigidez estrutural do gasto e nem se diminuiriam expressivamente as desonerações tributárias, diz Ramos. A opção foi pelo teto de gastos, que limita o crescimento das despesas não

financeiras da União.

O economista do Goldman Sachs diz que sempre teve "uma visão muito cética do teto". Para ele, se o limite não for cumprido, a tendência é que seja contornado. "É muito provável que se diga: 'O teto é restritivo e nós precisamos gastar. Que parte do gasto nós vamos tirar do teto?'" , afirma ele. Embora tenha sido inscrito na Constituição, Ramos considera que não será difícil obter maioria para contorná-lo. "Nunca foi difícil encontrar uma maioria suficiente se é para gastar mais em saúde, em educação."

Segundo ele, isso não quer dizer que a medida não seja relevante. "Acho importante, mas vai ser tão restritivo que fará a vida do gestor fiscal impossível, porque começamos a resolver o problema de trás para frente", diz Ramos, numa referência ao fato de que o teto foi aprovado antes da aprovação de medidas como a reforma da Previdência e a diminuição da rigidez estrutural das despesas.

Ele observa ainda que o teto tem um "elemento de redundância" com a meta de resultado primário e com a "regra de ouro" (que proíbe o endividamento do governo para pagar despesas correntes, como aposentadorias, pessoal e custeio da máquina). "Se houver um primário apertado, o teto é redundante, por exemplo."

Se não se conseguir cortar gastos ou aumentar impostos, no limite, um desfecho pode ser o ajuste via inflação. No caso brasileiro, como as despesas são muito indexadas, seria

necessária uma taxa de inflação "bem mais alta" para reduzir o déficit", afirma Ramos. "Em outros países, como na Argentina depois da crise, grande parte do ajuste foi via inflação. Mas fazer um ajuste via inflação é socialmente regressivo, é iníquo." Esse não é, contudo, o cenário-base com que Ramos trabalha.

Ao falar das perspectivas para a economia neste ano, o economista diz que acredita numa expansão do PIB de 1,5% a 2%. Na virada do ano, estimava avanço de 2,5% em 2018. Nunca chegou a acreditar numa alta na casa de 3%, número em que boa parte do mercado chegou a apostar.

"Achava que a recuperação ia ser bem gradual", diz ele, notando que em 2017 houve alguns efeitos atípicos, como o impacto da liberação dos recursos das contas inativas do FGTS e da supersafra agrícola. "E sempre me preocupava um pouco a própria incerteza política. Cada vez que eu visitava o Brasil me parecia que a visão local era romântica demais em relação ao cenário político." Para ele, havia muito otimismo quanto à perspectiva de um candidato reformista, comprometido com o ajuste fiscal, sair vitorioso na eleição deste ano.

Para calibrar a projeção do crescimento, Ramos vai esperar indicadores que permitam ter uma ideia do impacto da greve dos caminhoneiros sobre a confiança de empresários e consumidores. Esse fator, avalia, pode ser bem mais relevante que o efeito direto da paralisação sobre a atividade e sobre as contas públicas.

## Pior sem um teto

Não se pode acusar de exagerado o alerta do Tribunal de Contas da União de que, mantidos o teto fixado para as despesas federais e o ritmo atual de expansão dos desembolsos da Previdência, o restante da máquina pública terá de ser paralisado dentro de poucos anos.

Ao aprovar com ressalvas as contas de 2017 do presidente Michel Temer (MDB), o órgão fez diagnóstico que é quase consensual entre analistas, só havendo alguma variação em torno do período de tempo até o governo se ver impedido de prestar serviços básicos e investir em infraestrutura.

Afinal, se está estabelecido na Constituição um limite para o gasto total —correspondente ao montante do ano anterior, excluindo juros, corrigido pela inflação— e os pagamentos de aposentadorias crescem sem parar, as demais políticas precisam ser comprimidas para o cumprimento da regra.

Nos cálculos do TCU, em 2024 (no cenário mais otimista, 2027) todo o Orçamento estará tomado por compromissos obrigatórios, caso de salários e benefícios sociais.

Nada sobrar, assim, para obras e custeio, o que inclui da manutenção de prédios públicos à compra de material escolar e remédios, passando pelo fardamento dos militares, a emissão de documentos e a concessão de bolsas de estudo.

O teto foi proposto em 2016 com um duplo objetivo: primeiro, apresentar ao mercado credor da dívida pública um horizonte temporal para o reequilíbrio das contas da União; depois, induzir o Congresso a aprovar rapidamente uma reforma da Previdência Social.

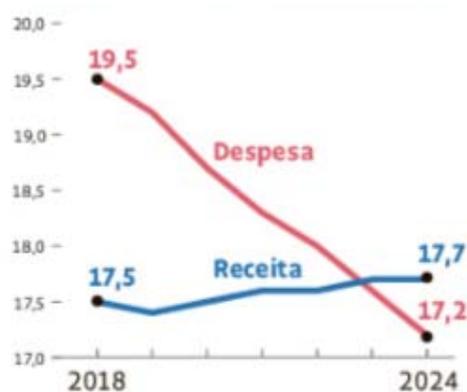
Como a segunda parte do plano se mostrou mais difícil do que o previsto, as condições orçamentárias se tornaram muito mais inóspitas para o governo que assumirá em 2019. Não por acaso, presidenciais de ideários distintos, como Marina Silva (Rede) e Ciro Gomes (PDT), falam em rever ou extinguir o dispositivo constitucional.

Trata-se de manobra perigosa. Sem que se ofereça uma alternativa convincente para o ajuste entre receitas e despesas, o abandono do mecanismo tende a derrubar a confiança na política econômica, com efeitos dramáticos sobre o dólar, os juros e a inflação.

Um limite para o gasto, ainda que mais flexível no futuro, será imprescindível —assim como a reforma previdenciária. Mesmo em situações menos calamitosas que a brasileira, normas do gênero são importantes para a autocontenção dos governos nas democracias.

### Limite para os gastos reduz peso do Estado na economia

Projeções em % do PIB, excluindo juros



Fonte: Instituição Fiscal Independente

## Planejamento autoriza 100 vagas para a AGU

O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) autorizou ontem a Advocacia-Geral da União (AGU) a realizar concurso para preenchimento de 100 vagas de nível superior no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, com vencimento básico de R\$ 2.220, acrescido da gratificação de desempenho de atividade de apoio técnico-administrativo na AGU, de R\$ 3.128, e da gratificação específica de apoio técnico-administrativo, de R\$ 855, por 40 horas semanais de trabalho. O edital será publicado até dezembro.

As oportunidades são para áreas de apoio às carreiras jurídicas da instituição: 48 para administradores, 32 para contadores, 10 para analista técnico administrativo, cinco para técnico em comunicação social, duas para arquivista, duas para técnico em assuntos educacionais e uma para bibliotecário.

### Outras seleções

O ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann, assinou ontem o edital para abertura do concurso da

Polícia Federal. A seleção foi autorizada pelo Planejamento em abril, e a publicação das regras deve ocorrer ainda neste mês, segundo especialistas.

Serão abertas 500 vagas de nível superior para cargos de delegado de polícia federal (150), perito criminal federal (60), escrivão de polícia federal (80), papiloscopista de polícia federal (30) e agente de polícia federal (180). A banca organizadora da seleção é o Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebbraspe).

Autorizado em maio, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) já publicou o edital do concurso, com 411 vagas de nível médio, técnico e superior, além de formação de cadastro reserva. O Cebbraspe também organizará o certame. As chances de nível superior são para o cargo de analista, com remuneração de R\$ 5.035,29. Já para quem tem nível médio, o cargo oferecido é o de auxiliar institucional, com salário de R\$ 3.419,97.